



NO PINTCHA

ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AV. DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFS.: 3713/3726/3728 — BISSAU

CONFERÊNCIA DE DAKAR COOPERAÇÃO AFRO-ÁRABE

Seguiu esta manhã para Dakar no vôo normal dos TAGB, uma delegação do nosso Partido e Estado, dirigida pelo camarada Victor Saúde Maria, do CEL do Partido e Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros, a fim de tomar parte na Conferência Afro-Árabe, que se realiza na capital senegalesa, de 19 a 22 de Abril.

Esta conferência abordará na sua agenda de trabalhos três pontos:

Exame e adopção do projecto de Declaração e programa de acção para a cooperação afro-árabe;

Exame das modalidades a fixar pela cimeira;

Questões diversas.

Acompanham o Comissário Victor Saúde Maria, os camaradas Abubacar Turé, Director-Ge-

(Continua na pág. 8)

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ESTADO PRONUNCIARÁ UM IMPORTANTE DISCURSO DURANTE A PRÓXIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

Conforme tem sido largamente noticiado, principiam na próxima quinta-feira, dia 22, os trabalhos da segunda sessão ordinária da Assembleia Nacional Popular. A cerimónia da abertura solene realiza-se pelas 15 horas, na sala de cinema da Base Aérea de Bissalanca, em Bissau.

A Assembleia Nacional Popular é o órgão supremo do Poder de Estado. Vota leis e resoluções, deliberando sobre questões fundamentais da política interna e externa do Estado e controlando a linha política, económica, social e cultural definida pelo Partido.

De acordo com informações colhidas pela nossa reportagem, os preparativos para a

sessão da A.N.P., cujos trabalhos terão início na próxima quinta-feira e deverão prolongar-se por uma semana, decorrem em bom ritmo, tanto no aspecto da preparação dos textos a apresentar pelo Governo, como na preparação da recepção aos deputados da Nação que virão de todos os pontos do país até à capital. Podemos informar que está a ser elaborado um programa de actividades culturais que decorrerão paralelamente aos trabalhos.

No decorrer da próxima sessão da Assembleia Nacional, o Presidente do Conselho de Estado, camarada Luiz Cabral, pronunciará um importante discurso sobre o «Estado

da Nação», onde fará o balanço da vida do país, desde a realização da última A.N.P., precisamente há um ano.

Sobre as leis e resoluções que serão apresentadas à Assembleia, para discussão e votação, «Nô Pintcha» abordá-los-á no próximo número, no qual contamos publicar entrevistas com o Presidente da Assembleia Nacional Popular, camarada João Bernardo Vieira (Nino), membro do Secretariado Permanente do Partido, e com outros dirigentes do nosso país.

O PRIMEIRO-MINISTRO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE ESPERADO EM BISSAU NA PRÓXIMA 2.ª FEIRA

É esperado depois de amanhã, segunda-feira, em Bissau, o Primeiro-Ministro da República Democrática de São Tomé e Príncipe, camarada Miguel Trovoada. Dirigirá uma delegação do MLSTP e do Governo saotomense constituída por três elementos.

Recorda-se que está em preparação uma reunião dos países dirigidos pelos partidos e organizações membros da CONCP: Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Foi proposta a data de 28 de

(Continua na página 8)

ARMANDO RAMOS REGRESSOU DE PRAGA GUINÉ-BISSAU E CHECOSLOVÁQUIA: INTENSIFICAR E ACELERAR A COOPERAÇÃO

Regressou ontem a Bissau o camarada Armando Ramos membro do CSL e Comissário de Estado do Comércio e Artesanato, após representar o nosso Partido, acompanhado do camarada Anselmo Mariano, Director-Geral do Comércio Externo, no 15.º Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia.

«Tivemos a possibilidade de verificar o grande progresso conseguido pelo povo checo nes-

tes últimos anos e principalmente o esforço que fez para superar as dificuldades em que se encontravam, tendo neste momento uma estabilidade política e consequentemente dado um grande passo no domínio do desenvolvimento económico», assim começou por declarar à nossa reportagem presente no aeroporto de Bissalanca, o camarada Armando Ramos, momentos após a sua chegada.

O camarada Armando Ramos, após explicar detalhadamente o que se passou no 15.º Congresso do PCC, acrescentou que, «nós, que já tínhamos tido a possibilidade de conhecer a Checoslováquia há alguns anos atrás, na fase da nossa luta de libertação nacional, constatámos o grande progresso conseguido por este povo no decorrer do V plano quinquenal, traçado em Maio de 1971, no decorrer do 14.º congresso».

Durante a sua estadia em território checo, o camarada Armando Ramos contactou o Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros e o Ministro do Estado Federal

da Checoslováquia, com quem jantou, e trocou impressões.

«Com o Ministro de Estado checo, discuti as formas possíveis de impulsionarmos as relações existentes entre nós, há já alguns anos, tendo chegado à conclusão de constituirmos uma comissão que irá discutir a possibilidade de acelerar e retomar o ritmo das relações que existiram entre os nossos dois países. De acordo com estas conversações, esperamos em breve receber uma delegação governamental checa, que virá estudar conosco a possibilidade de acelerar esta cooperação, que desejamos a todos os níveis».

CONCP

15 ANOS
DE LUTA COMUM
PELA INDEPENDÊNCIA

NO PRÓXIMO NÚMERO

FESTA NACIONAL DO CAMBODJA MENSAGEM DE LUIZ CABRAL NO I ANIVERSÁRIO DA LIBERTAÇÃO DE PHNON-PEHN

Comemora-se hoje o primeiro aniversário da libertação da cidade de Phnon Pehn. Esta data constitui um marco na história do Cambodja, cujo povo, dono de seu destino, experimenta hoje a via da democracia e do progresso.

Fortes laços de solidariedade ligam os povos khmer e guineense. Esses laços são evocados pelo Secretário-Geral-Adjunto do PAIGC e Presidente do nosso Conselho de Estado, camarada Luiz Cabral, numa mensagem enviada a Khieu Samphan, por ocasião da sua investidura no cargo de presidente do Cambodja Democrático.

Depois de exprimir felicitações pelo acontecimento, a mensagem afirma: «No exercício das

suas novas quão difíceis funções asseguramo-vos o nosso apoio total, bem como a nossa determinação de trabalhar no sentido de reforçar os laços históricos de amizade, de cooperação e de solidariedade entre os povos khmer e guineense».

UM MILHÃO DE MORTOS

BANGKOK (AFP) — O presidente do Cambodja Democrático, Khieu Samphan, declarou na passada quinta-feira que os cinco anos de guerra no Cambodja, de 18 de Março de 1970 a 17 de Abril de 1972, «fizeram mais de um milhão de mortos».

Segundo a Rádio Phnon-Pehn, captada na sexta-feira em Bangkok, Khieu Samphan fez esta declaração perante uma aglomeração popular de mais de dez mil pessoas, nas vésperas do primeiro aniversário da vitória dos khmers vermelhos.

Sublinhando o significado deste primeiro aniversário, Khieu Samphan passou em revista os acontecimentos e as acções criminosas cometidas pelos imperialistas americanos e seus lacaios

(Continua na pág. 8)

CONSELHO DE COMISSÁRIOS

O Conselho dos Comissários de Estado, na sua reunião ordinária semanal, efectuada anteontem, ouviu o camarada Presidente Luiz Cabral expor os resultados da sua recente viagem à Roménia e a Paris.

O Conselho apreciou igualmente o relatório da missão ao Brasil de uma delegação governamental do nosso país, dirigida pelo camarada José Araújo, Comissário Sem Pasta.

AUTOCRÍTICA DE MARON SAAD

Recentemente, as autoridades do nosso país aplicaram medidas de expulsão e pesadas multas a seis estrangeiros envolvidos em tráfico de moedas. Três dos implicados, beneficiaram de uma suspensão da expulsão, atendendo ao elevado número de anos de residência na Guiné-Bissau.

Com pedido de publicação, recebemos ontem uma carta com data do mesmo dia, do sr. Maron Saad, dirigida ao director do «Nó Pintcha», a qual transcrevemos na íntegra:

«Dada a audiência do seu jornal, venho tentar por este meio tornar público o meu sincero arrependimento pelos actos que levaram à minha prisão.

Nascido no Líbano, emigrei para a Guiné-Bissau ainda jovem, onde construí a minha vida e a dos meus familiares, no seio deste bom

Povo da Guiné. O acto cometido por mim, de tentativa de tráfico de moeda, constitui de facto uma ofensa grave ao Estado da Guiné-Bissau e ao seu Povo, que sempre acolheram fraternalmente os emigrantes libaneses.

A clemência da Justiça da Guiné-Bissau em relação ao meu delito, contribui ainda mais para que me envergonhe eternamente do meu procedimento.

Quero deixar aqui constante que procurarei justificar a clemência e o humanismo com que fui tratado pelo Governo da Guiné-Bissau.

E, espero que o meu caso sirva de exemplo a todos os estrangeiros aqui radicados, para que se não repitam tais actos hóstis a um País que tem demonstrado um profundo respeito pelos estrangeiros residentes, mesmo quando estes, como eu, desrespeitaram as suas leis».

Ratificados vários acordos de cooperação com a Líbia

* VÃO SER CRIADAS SOCIEDADES MISTAS DE AGRICULTURA E PESCA MARÍTIMA

«A República Árabe da Líbia confirma a sua determinação e a sua vontade de pôr em execução todos os acordos concluídos durante a visita do Presidente Luiz Cabral a Trípoli, em Setembro de 1975», afirmou à nossa reportagem o Secretário de Estado adjunto para os assuntos técnicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros líbio, Ahmed Abdulhamid El-Atrash, no aeroporto de Bissalanga, momentos antes de deixar o nosso país, anteontem.

Aquele alto funcionário líbio deslocou-se a Bissau à frente de uma delegação, a fim de fazer a entrega de uma mensagem pessoal do seu Presidente, Monamed El Khadafi, ao camarada Presidente Luiz Cabral, e travar conversações com membros do nosso Governo sobre a concretização dos acordos assinados entre a Líbia e a Guiné-Bissau, por ocasião da visita a Líbia do camarada Luiz Cabral.

Durante a sua estadia na capital, a delegação líbia, da qual faziam parte representantes de di-

versos ministérios, nomeadamente dos Negócios Estrangeiros, da Agricultura, da Indústria e do Petróleo, teve no fim da tarde de quarta-feira, uma reunião de trabalho com uma nossa delegação, chefiada pelo camarada Vasco Cabral, membro do CEL do Partido e Comissário de Estado, do Desenvolvimento Económico e Planificação, onde foi elaborado um programa para a execução dos acordos já assinados e resolvidos certos problemas pendentes. Nesse encontro, participaram vários membros do Partido e do Estado que integravam a delegação, nomeadamente os camaradas Mário Cabral, Comissário de Estado de Educação Nacional e Cultura, Samba Lamine Mané, Comissário de Agricultura e Pecuária, Filinto Vaz Martins, Comissário de Estado de Energia, Indústria e Hidráulica, Joseph Turpin, Secretário-Geral do Comissariado dos Negócios Estrangeiros, Victor Freire Monteiro, Governador do Banco Nacional, Manuel Boal, Secretário-Geral do Comissariado de Saúde e Assuntos Sociais, Mário Ribeiro, Director dos Transportes, e altos funcionários do Comissariado dos Negócios Estrangeiros, como Cândido Monteiro, Director da Divisão África, Ásia e Oceânia, Abubacar Turé, Director das Organizações Internacionais, e Tito Lívio Fernandes, chefe do Departamento dos Assuntos Consulares.

No prosseguimento dos trabalhos, as duas delegações tiveram uma sessão de trabalho na manhã da passada quinta-feira, nela tendo sido regularizados certos problemas pendentes e procedido à troca de instrumentos de Ratificação dos acordos já assinados.

Seguidamente, a delegação foi recebida pelo camarada Luiz Cabral, a quem fez a entrega da mensagem de que era portadora, tendo em seguida dirigido-se para o aeroporto onde iria apanhar o avião, com destino a outros países africanos.

Ali, abordamos o chefe da delegação, Secretário de Estado Adjunto dos Negócios Estrangeiros, Ahmed Abdulhamid El-Atrash, que se manifestou satisfeito pela visita efectuada a este país combatente que lutou durante e durante largos anos contra o colonialismo português e que neste momento luta para se libertar economicamente da dominação estrangeira.

Referindo-se aos resultados dos trabalhos realizados durante a sua estadia na nossa capital, afirmou que foram lançadas as bases da nossa futura cooperação e estabelecido um calendário para a execução dos acordos assinados para o ano em curso.

«Estamos bastante optimistas quanto à cooperação entre os dois países, ligados desde há longa data pelos mesmos princípios revolucionários», acrescentou ainda o nosso entrevistado, agradecendo ao Governo e ao Povo da Guiné-Bissau, em seu nome e no do resto da delegação «o caloroso acolhimento» de que foram alvos durante a sua estadia na nossa capital.

Contactamos também o camarada Joseph Turpin, que se tinha deslocado ao aeroporto, em companhia dos camaradas Abubacar Turé e Cândido Monteiro, a fim de apresentar os cumprimentos de despedida àquela delegação. Aquele camarada, após ter-se referido à sessão de trabalho entre as duas delegações, em que foi elaborado um programa de execução dos acordos já assinados, referiu-se à

RESPONDE O POVO

VAMOS DEIXAR DE FUMAR?

«Se eu fosse capaz, deixava de fumar»: eis uma frase que se ouve a torto e a direito. Quem assim fala reconhece que o fumo do cigarro não traz quaisquer benefícios e, pelo contrário, provoca doenças e perturbações, a mais grave das quais é o cancro. Mas por que motivo as pessoas dizem «se eu fosse capaz?» A nossa opinião é que um povo que fez a luta armada com todos os sacrifícios não pode temer a falta de um cigarro. E que só fuma quem quer. Num breve inquérito realizado ao acaso da rua, verificámos que várias pessoas são da mesma opinião. Sendo assim, vamos deixar de fumar?

BRAIMA DANFÁ
(Funcionário de Embaixada)

«Acho que as pessoas não devem fumar, porque a nicotina aspirada através do cigarro é extremamente prejudicial à saúde.

Acho que todos os jovens que fumam, principalmente os jovens desportistas, deviam deixar de fumar. O fumo pode trazer-lhes certas dificuldades no aspecto físico.

O facto de dizer tudo isto não quer dizer que não fume. Sim, fumo de vez em quando, mas só em certos momentos. Por exemplo quando estou com alguns colegas que fumam ou então quando estou muito aborre-

cido. Mas isso não quer dizer que tenho o vício do cigarro.

Chego a passar semanas e mais semanas sem pôr sequer um cigarro na boca.

Como vêm fumo muito pouco, mas do pouco que fumo vou ver se consigo deixar mesmo de fumar, porque além de me prejudicar a saúde, não traz quaisquer vantagens para a economia do nosso país».

OLÍMPIA CAMARÁ
(Doméstica)

«Acho que não se deve fumar, porque todos nós sabemos que o fumo do cigarro é prejudicial ao nosso organismo. Pode trazer séries de doenças, por vezes incuráveis.

Infelizmente fumo, mas por uma razão muito simples, para esquecer as minhas infinitas preocupações.

Fumo uma média de dez cigarros por dia, nos dias em que me encontro mais nervosa, porque, fumando, sinto-me mais calma. Não sei se é um simples efeito psicológico, mas o certo é que, na realidade, me acalma bastante. Se estou com um cigarro na mão, esqueço a maior parte das minhas preocupações.

Estou a fazer esforços para deixar de fumar e vou-o conseguindo a pouco e pouco. Agora só fumo uma mé-

dia de cinco cigarros por dia.

RAÚL ANTÓNIO CABRAL
(Estudante)

«Fumar não é nada útil para um ser humano, porque como todo o mundo sabe, a nicotina só nos vem prejudicar o organismo, causando-nos certas doenças pulmonares.

No caso dos indivíduos que praticam futebol, basquetebol ou qualquer outra modalidade, o cigarro tira-lhes grande parte da capacidade de resistência física. Às outras pessoas que não praticam desporto, a nicotina impede que o cérebro funcione o máximo.

Eu fumo, porque foi um hábito incutido por certos camaradas que tinha em Portugal. Davam-me cigarros sem maldade nenhuma e eu lá fumava. Isso foi-se repetindo uma série de vezes que eu acabei por adquirir mesmo esse hábito.

Tenho o hábito de fumar cerca de quinze cigarros por dia. De uns tempos para cá, isso vem-me prejudicando um pouco, mesmo na respiração. Por isso tento fumar cada vez menos. Estou pensando qual será a melhor maneira de deixar de fumar mas ainda não consegui. O que não quer dizer que tenha desistido de procurar».

NO PINTCHA

Orgão do Comissariado de Estado de Informação e Turismo
Trissemestral Nacional de Informação

Sai às Terças, Quintas e Sábados

Preço: 2\$50

Redacção, Administração e Oficinas: Avenida do Brasil

TELEFONES

Redacção: 3713/3728

Administração

e Publicidade: 3726

ASSINATURAS (Via Aérea)

Guiné-Bissau e Cabo Verde

1 ano 400\$00

6 meses 250\$00

Outros Países Africanos

e Portugal

1 ano 500\$00

6 meses 300\$00

Serviços de Distribuição

e Vendas do «NO PINTCHA»

— Caixa Postal, 154

BISSAU — GUINÉ-BISSAU

FARMÁCIAS

Hoje — «HIGIENE», Rua António N'Banca, telefone 2520.

Amanhã — «MODERNA», Rua 12 de Setembro, telefone 2702.

Segunda-feira — «CENTRAL», Rua Vitorino Costa, telefone 2453.

TELEFONES

Hospital Simão Mendes:

Banco — 2866/2867

Bombeiros — 2222

Polícia:

1.ª Esquadra — 3333

2.ª Esquadra — 3444

Correios:

Informações — 2600

Rádiodifusão Nacional — 2430

Aeroporto — 3001/4 (TAG-B)

TAP — 3991/3

Serviços Municipalizados:

Água e Electricidade — 2411

(das 7 às 17 horas)

Assistência à rede eléctrica - 2414

(das 16 às 24 horas)

Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RÁDIO

EMISSÕES:

Das 6 às 8; das 12 às 15 e das 17 às 24 horas.

NOTICIÁRIOS:

As 7, 13, 15, 17, 20 e 21 horas.

AGENDA DO DIA:

As 18,45 horas.

CINEMA

Hoje e amanhã — As 18,30 horas «MATAREI UM POR UM» m/14 anos e às 20,45 horas «UM CHEIRO A DÓLARES» m/14 anos.

Segunda-feira — As 20,45 horas, filme a anunciar.

(Continua na página 7)



Acordo consular com a U.R.S.S.

Foi assinado ontem de manhã, em Bissau entre o nosso país e a União Soviética, um acordo consular para a regulamentação das bases jurídicas das relações consulares já existentes entre a Guiné-Bissau e a U.R.S.S.

Este acordo enquadra-se no

Proprietários de prédios devem cumprir as leis

Da Comissão de estudo da situação dos prédios do Estado e dos prédios de propriedade privada, recebemos o seguinte comunicado, com data de 14 de Abril:

«Esta Comissão, que foi criada por despacho do Camarada Comissário Principal datado de 7 de Agosto do ano transacto, à qual foram atribuídas as competências constantes daquele despacho, bem como as da Decisão do Conselho de Comissários de 28 de Janeiro findo, chama de novo a boa atenção dos proprietários de propriedades privadas, no sentido do cumprimento de normas devidamente publicadas que não vêm sendo acatadas na íntegra, com a consequente incursão no crime de desobediência qualificada:

I — Todos os proprietários ou seus procuradores de prédios de propriedades privadas, devem, no prazo de 8 dias, a contar da data do presente comunicado, participar a esta Comissão a devolução de prédios ou de moradias dos mesmos, determinação essa que se deve observar todas as vezes que tais factos se verificarem.

II — As necessidades de alojamentos são satisfeitas por determinação superior e através da Comissão, mediante inscrições na mesma e dentro das disponibilidades verificadas.

III — Ficam proibidos os contratos verbais de arrendamento entre particulares, sendo os escritos controlados por esta mesma Comissão.

IV — Pela falta de cumprimento do presente comunicado serão organizados os competentes processos cíveis a remeter ao foro judicial, para os devidos efeitos».

âmbito da Convenção de Viena, que regulamenta todos os movimentos diplomáticos do mundo.

Pela nossa parte, assinou o camarada Joseph Turpin, secretário-Geral do Commissariado dos Negócios Estrangeiros e, pela parte da União Soviética, assinou o camarada Semenov, embaixador da URSS no nosso país. Estiveram ainda presentes à cerimónia, os camaradas Abubacar Turé, director-geral dos Organismos Internacionais Jurídicos e Consulares, Cândido Monteiro, director-geral da divisão África, Ásia e Oceânia, Tito Fernandes, Chefe da Secção Consular, Farid Aganin, Chefe de Secção do Departamento Consular do Ministério das Relações Exteriores da URSS para os países da Ásia e África e outros membros da embaixada URSS no nosso país.

CABO VERDE

Iniciadas as conversações com o Governo português

PRAIA (AFP) — Portugal e Cabo Verde iniciaram a 4.ª fase de negociações com vista à resolução do contencioso herdado do período colonial. O almirante Vítor Crespo, ministro português da Cooperação, chefia a delegação portuguesa. As três primeiras fases não permitiram chegar a qualquer solução. Entre as questões que figuram no contencioso encontra-se o caso do Banco Nacional Ultramarino, antigo banco privado português agora nacionalizado em Portugal, que tem uma sucursal em Cabo Verde e que até à presente data tem o privilégio de emissão monetária para o arquipélago. Outras questões a tratar dizem respeito à secção caboverdiana do Banco de Fomento Nacional (banco de desenvolvimento nacional) português, os funcionários do período colonial, assim como as pen-

Cortes de energia acabam hoje

O fornecimento de energia eléctrica à cidade de Bissau deverá ser normalizado durante o dia de hoje, de acordo com informações colhidas pela nossa reportagem junto dos técnicos da Central.

Há três dias que a capital vem sofrendo cortes de energia, por zonas e durante uma hora, repetidas vezes, devido a uma pequena avaria surgida na maior máquina geradora da Central Eléctrica de Bissau. Os técnicos aproveitaram a avaria para fazerem uma revisão geral do gerador, que não era revisto há cinco anos!

Os restantes geradores em funcionamento não suportam, embora novos, o consumo de Bissau, que aumenta de dia para dia, com a entrada do tempo quente: a sua carga, no total, é de 1700 quilovátios, sendo o consumo da cidade de 23 000 quilovátios.

MINISTRO MARROQUINO EM BISSAU

Procedente de Cabo Verde, esteve por algumas horas em Bissau de passagem para Dakar o ministro marroquino dos Transportes e Assuntos Sociais, Mohamed Khat-tabi.

Tanto à chegada como à partida, esteve a apresentar-lhe cumprimentos, o camarada Manuel Santos (Manecas) do C.S.L. do Partido e Comissário de Estado da Informação e Turismo.

CONGRESSO SINDICAL AFRICANO

A fim de representar a República irmã de Cabo Verde no 2.º Congresso Sindical Africano que se realizará em Trípoli de 19 a 23 do corrente mês, chegou a Bissau uma delegação sindical, formada pelos camaradas Osvaldo Alcântara, presidente da Comissão Organizadora dos Sindicatos Caboverdianos, Manuel Pinto, inspector do Trabalho da Direcção Nacional de Trabalho e Função Pública, e Carlos Alberto Barbosa, da Comissão Organizadora dos Sindicatos Caboverdianos em S. Vicente.

A delegação caboverdiana foi recebida no aeroporto de Bissau por uma representação da UNTG.



Amílcar Cabral

Trabalhar para aumentar a produção

«Além disso, como em geral os nossos comandantes, os nossos responsáveis principais das Forças Armadas, são também dirigentes políticos, eles têm obrigação de reunir com o Comité Inter-Regional para discutir problemas, para fazerem coordenações do trabalho, com os comités de zona, para fazerem coordenação do trabalho até com a população, para ajudarem os comissários políticos, segurança, etc; a trabalharem. Esta é a melhor maneira que temos para consolidarmos a nossa situação nas áreas libertadas, na nossa luta em geral.

Camaradas, nós devemos estar convencidos de que os dirigentes do Partido, o seu lugar é no meio da população, não é sentados em nenhuma base, os dirigentes das Forças Armadas o seu lugar é no meio dos combatentes, não é sentados em nenhum comando.

Pode ter um comando ou um ponto bem seguro, onde tem, por exemplo, a sua rádio, uma ou duas pessoas de confiança, a sua guarda, onde pode ir de vez em quando, mas deve estar sempre em movimento, até para a sua própria segurança. Há responsáveis das nossas Forças Armadas que morreram já, porque se sentaram demasiado nas bases.

Camaradas, para consolidarmos as nossas regiões libertadas, temos que trabalhar mais junto da nossa população, para aumentar a produção. Temos que ser capazes de fazer o nosso povo lavrar mais terra, produzir mais arroz; preparar o nosso povo para novas produções mesmo. Porque mais dia menos dia, temos que começar a produzir mancarra nas nossas áreas libertadas, para podermos vendê-la fora da nossa terra, como outros produtos ainda. Temos que levar como palavra de ordem do Partido, nas áreas libertadas, a diversificação, quer dizer, variar os produtos agrícolas, para o nosso povo poder comer melhor, para os nossos combatentes também comerem melhor. Temos que, nas áreas libertadas onde há combatentes, fazer os combatentes trabalharem também, como já dissemos.

Avançar com a nossa agricultura, passo a passo, sem grandes manias, avançar com o trabalho do nosso artesanato, ajudar a nossa população a fazer panos, esteiras e balaios, potes, maringos e sobretudo também, fazer coisas de arte, esculturas. Isso pode ser de alto valor para o nosso Partido e para mostrar às pessoas a nossa capacidade. Devemos trabalhar muito para melhorar cada dia mais o trabalho do nosso sistema de abastecimento das áreas libertadas em artigos de primeira necessidade. Um artigo de primeira necessidade, por exemplo, é o sabão, o nosso povo deve lavar a sua roupa, o seu corpo, etc.. Já começamos a fazer sabão nas nossas áreas libertadas, mas até hoje não fomos capazes de fazer sabão como deve ser, quando é fácil fazer-se sabão e temos óleo de palma bastante para fazer sabão. Os nossos responsáveis da produção, encarregados disso, têm dado algum resultado, mas muito longe do resultado que de facto podem obter.

Há outras coisas que podemos fazer nas nossas áreas libertadas. Temos que fazer força para ajudar o nosso povo, a obter ferro para preparar coisas para a agricultura, para utensílios de lavoura, meios para os nossos ferreiros trabalharem.

Os nossos armazéns do povo, têm que saber distinguir bem os produtos que o Partido consegue, têm que saber guardar e distinguir bem os produtos comprados ao povo em troca por artigos de primeira necessidade, como tecidos e outras coisas. Até hoje, temos feito um bocadinho, mas os nossos armazéns do povo ainda não funcionam bem. Claro que a dificuldade grande é que às vezes não temos nada para lhes mandar, mas eu falo de quando há».

REPRESENTANTE DA OLP AO "NÔ PINTCHA"

Unidade entre todas as forças da Revolução Palestiniense

Por ocasião da recente visita à Guiné-Bissau de uma delegação palestiniense, o camarada Abdullatif Abou Hidle, director-adjunto do Departamento Político da O.L.P. e representante pessoal de Yasser Arafat na Semana da Palestina realizada em Conakry, concedeu ao «Nô Pintcha» uma entrevista. A situação actual no Líbano, as perspectivas quanto ao futuro no Médio Oriente, o papel e evolução da O.L.P. foram alguns dos temas focados nessa conversa, que a seguir transcrevemos aos nossos leitores.

Face ao conflito no Líbano, como encara o futuro no Médio Oriente?

«A OLP e a Revolução Palestiniense estão a enfrentar uma conspiração muito perigosa há mais de onze meses. Nestas últimas duas semanas, atingiu-se a fase mais perigosa. Durante os onze meses passados, a revolução palestiniense manteve-se firme graças à sua acção e à solidariedade e apoio das forças progressistas no Líbano, tendo fracassado todos os intentos de pressão sobre a revolução e as forças progressistas do Líbano.

Estas conspirações tomaram vários aspectos. Em primeiro lugar, registou-se uma agressão militar directa sobre as posições da revolução e acampamentos de refugiados e os locais onde se encontravam as forças progressistas. Em segundo lugar, como conspiração política. E em terceiro lugar, sob a forma de intento de divisão interna no seio da revolução palestiniense, criando um vácuo entre

a revolução e as forças progressistas. Mas, todas estas acções fracassaram e a revolução não tem outro caminho a não ser lutar e estar firme contra todos estes intentos»

A OLP fez as pazes com a Frente Popular da Libertação, de George Abache. Qual o significado dessa reconciliação? Quais as suas consequências?

«Primeiro recuso-me a chamar George Abache de separatista. Na realidade, o que existia era uma divergência de pontos de vista na apreciação dos acontecimentos da actualidade.

O actual reencontro foi fruto de um diálogo que durou quase um mês. Todos os camaradas da revolução palestiniense sentiam o perigo comum que se projectava no sentido de dar um golpe decisivo à revolução palestiniense. Isto foi o impulso que motivou o citado encontro. A unidade sempre existiu. Inclusive, George Habache sempre esteve representado no Conselho Nacional Palestiniense.

«Existe um marco comum que une todas as forças da revolução, mas isto não nega a existência de uma divergência sobre alguns pontos de vista e em determinadas fases».

Como encara o futuro da OLP?

«Nós vemos incrementar as conspirações internacionais. Espero que, com a nossa unidade nacional na mobilização sua vanguarda revolucionária e a firmeza dos nossos combatentes, bem como a nossa justa linha política e, com a ajuda dos amigos, enfrentemos todas as dificuldades, a

fim de realizarmos o programa previsto pela OLP nesta etapa da nossa luta, a qual se materializará com a criação de uma autoridade nacional independente na nossa terra.

Cabe-me aqui destacar que após todas as vitórias obtidas pela revolução palestiniense não se pode menosprezar a OLP».

A respeito da Semana da Palestina em Conakry, o que quer dizer-nos?

«O objectivo principal da Semana era dar a conhecer claramente ao povo guineense as diversas formas e aspectos e ainda as fases da revolução e da luta do nosso povo e as condições e as circunstâncias em que a mesma se desenrola, através de conferências, projecções de filmes e exposição fotográfica e artística de alguns aspectos e frutos da revolução.

«Encontrei para tudo isso uma calorosa e extraordinária recepção das massas populares. Os responsáveis do Partido e do Estado na República da Guiné assistiram diariamente a todas as fases do programa da semana. Quero aqui destacar que o Partido e o Governo nos prestaram toda a ajuda e apoio necessários para dar êxito à Semana e, como resultado de tudo isso, podemos dizer que o acontecimento obteve todos os objectivos pelos quais foi realizada nesse país».

Qual o objectivo da vossa presença na Guiné-Bissau e que contactos manteve durante a sua estadia no nosso país?

«Depois de ter assistido à Semana, consideramos um dever fazer esta visita aos nossos amigos e camaradas íntimos, e conhecer de perto este país amigo, o seu povo e os seus dirigentes, para conversar com eles a respeito do que os nossos povos enfrentam e do que esperam para o futuro.

O camarada Comissário Principal, Francisco Mendes na presença do camarada Joseph Turpin, teve a gentileza de nos receber. A conversa que mantivemos foi global e fraternal, podendo-se mesmo classificar de extraordinária. Os acordos, em diversos pontos de vista, foram completamente positivos.

«Transmitimos ao camarada Comissário Principal as saudações dos dirigentes da nossa revolução e do nosso povo, encabeçados pelo camarada Yasser Arafat, a todos os dirigentes do Partido e Estado da Guiné-Bissau, encabeçados pelo Presidente Luiz Cabral e Aristides Pereira, bem como ao seu grande povo».



Contra a política imperialista de força, dominação e agressão

Eis o texto da Declaração Solene Conjunta assinada pelo presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, camarada Luiz Cabral, e pelo presidente da República Socialista da Roménia, camarada Nicolae Ceausescu:

«A República da Guiné-Bissau e a República Socialista da Roménia Tomando em consideração as relações de amizade existentes entre os dois países e povos;

Decididas a utilizar todas as vias para desenvolver a cooperação mútua;

Conscientes da responsabilidade que cabe a cada Estado, indistintamente do sistema político, dimensão ou nível de desenvolvimento, na instauração de um clima de paz e segurança, fundada no respeito do direito sagrado de cada povo de decidir por si só do seu destino;

Sublinhando a necessidade de respeito sincero e firme por parte de todos os países dos princípios do direito internacional universalmente reconhecidos: o respeito da independência e soberania, a plena igualdade de direitos, integridade e a não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, a vantagem recíproca, a renúncia à força ou à utilização da força nas relações internacionais e o respeito do direito sagrado de cada povo de escolher livremente a via de seu desenvolvimento;

Reafirmando o direito e a obrigação de todos os Estados de participarem na regulamentação dos problemas internacionais e de contribuir deste modo para a instauração de um clima de paz:

Convencidas de que o desarmamento geral e completo e, em primeiro lugar, o desarmamento nuclear, representa um facto vital para assegurar a paz no mundo;

Sublinhando o direito soberano de cada Estado de utilizar as suas riquezas nacionais de conformidade com os seus interesses fundamentais e de ter acesso sem obstáculos à ciência e à tecnologia modernas;

Saudando as vitórias obtidas pelos movimentos de libertação nacional de África, na luta pela conquista da independência nacional, decididas a conceder também no futuro todo o seu apoio aos movimentos de libertação sob a dominação colonial;

Decididas a continuar a dar a sua contribuição à luta pela liquidação definitiva do colonialismo, neo-colonialismo, racismo e política de «apartheid», na luta contra a política imperialista de força, dominação, e agressão.

Sublinhando que a realização da segurança de «detente» e paz internacionais fica directamente ligada à instauração de uma nova ordem económica e política internacional, à liquidação do sub-desenvolvimento e a assecuração do progresso, económico social de todos os países, sobretudo dos países em vias de desenvolvimento, para assegurar a aproximação dos níveis de desenvolvimento;

I — DECLARAM SOLENEMENTE A SUA VONTADE E DECISÃO COMUM: a) de desenvolver relações de amizade e colaboração em todos os domínios de interesse comum;

Tachkent: Festival de Cinema da Ásia, África e América Latina

MOSCOVO (TASS) — 52 países, assim como a O.L.P. e a ONU, exprimiram o desejo de tomar parte no Festival Internacional do Filme na URSS que deve começar em 18 de Maio em Tachkent capital do Uzbequistão (Ásia Central). A partir deste ano, ele tem o nome de Festival da Ásia, da África e da América Latina. Numerosos países da América Latina podem igualmente participar se assim o desejarem.

Estas informações foram comunicadas ao correspondente da TASS por Mikhail Alexandrov, vice-Presidente do Comité da Cinematografia da URSS.

Não importa qual país nem o nível de desenvolvimento da sua produção cinematográfica, todos podem participar no festival. Nomedadamente a cinematografia do Japão e da Índia, da Síria e da RDV, do Ira-

que e do México será largamente representada. A República Popular de Angola, a Gâmbia, a Líbia, a República Centro-Africana, o Tchad, o Equador, a Nova Zelândia e alguns outros países participarão pela primeira vez. A direcção do festival já recebeu mais de 50 longas metragens e o mesmo número de documentários.

O primeiro país que deu conhecimento do programa da sua participação no festival foi o Iraque, que propôs três documentários sobre a vida actual do país. O Mali foi o primeiro país africano, Cuba e o México os primeiros países latino-americanos que enviaram a lista dos seus filmes. Os realizadores chilenos que vivem actualmente na RDA, no México, na Suécia e em Cuba tomarão parte no festival.

BALANÇO DA VIAGEM PRESIDENCIAL (2)

Conjugação de esforços entre a Guiné-Bissau e a Roménia para a instauração da paz e progresso da humanidade

A identidade de pontos de vista entre o PAIGC e o Partido Comunista Romeno foi frequentemente evocada quer pelo Secretário-Geral-Adjunto do nosso Partido e Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau, camarada Luiz Cabral, quer pelo Secretário-Geral do PCR e Presidente da República Socialista da Roménia, camarada Nicolae Ceausescu, durante os encontros que mantiveram, no decorrer da visita oficial da nossa delegação àquele país. Essa identidade está patente

no documento assinado pelos dois Presidentes no último dia de permanência do camarada Luiz Cabral na Roménia, a Declaração Solene Conjunta, que mostra claramente a disposição de ambos os Estados conjugarem esforços para a instauração da paz no mundo, do progresso e bem-estar da humanidade.

De salientar que o órgão do Partido Comunista Romeno, o jornal Scentieia (um milhão e meio de exemplares de tiragem) que, durante os três dias de visita, consagrou o seu espaço es-

sencialmente a este acontecimento, deu particular relevo a este documento considerando-o de extrema importância para o desenvolvimento das relações entre os dois países, e da sua actuação no plano internacional.

Esta Declaração Conjunta representa, no entanto, apenas o culminar das discussões travadas entre os Presidentes da Guiné-Bissau e da Roménia, e as respectivas delegações, nas quais foi possível constatar como os problemas gerais da humanidade preocupam igualmente os dois

Partidos e os dois Estados.

No seu primeiro discurso proferido em Bucareste, durante a recepção oficial com que o Presidente Ceausescu homenageou a nossa delegação, no dia da sua chegada, o Presidente Luiz Cabral teve oportunidade de se referir a essa preocupação comum, ao dizer que se encontram reunidas todas as condições susceptíveis de permitir uma cooperação frutuosa no futuro.

«Em primeiro lugar, afirmou o camarada Presidente, ao enunciar essas condições, o nosso amor pela liberdade e independência. Segundo, a nossa solidariedade para com as forças da paz e da libertação nacional. E também o nosso desejo comum de criar um mundo melhor, um mundo de felicidade para todos os homens».

Por sua vez, o Presidente Nicolae Ceausescu retomou estas palavras no seu discurso do último dia, ao declarar «a vontade dos dois Governos e povos de (...) colaborarem estreitamente no plano internacional, na luta contra a política imperialista, colonialista e neo-colonialista, pelo respeito do direito de cada povo de ser dono dos seus destinos, pela liquidação do subdesenvolvimento e pela afirmação da nova ordem económica internacional, pela realização de uma paz duradoura, num mundo mais justo e melhor».

OBRIGADO, POVO ROMENO!

A luta contra o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo, a que se referiu o Presidente da Roménia, situa-se na continuação das tradições internacionalistas daquele país, caracterizadas pelo apoio aos povos que lutam pela libertação. A Guiné-Bissau beneficiou desse espírito de ajuda desde os primeiros tempos da luta contra o colonialismo português. Esse facto foi lembrado pelo camarada Pre-

sidente Luiz Cabral, na sua primeira alocução pública em Bucareste, ao evocar o acordo histórico assinado pelo nosso saudoso líder Amílcar Cabral e pelo Presidente Ceausescu, quando o PAIGC ainda lutava para conseguir o seu reconhecimento internacional.

«O nosso povo, o nosso Partido, será sempre reconhecido ao povo romeno e ao seu Partido e ao seu Governo pela ajuda concreta em todos os domínios que nos deram durante a longa luta que tivemos que travar para a libertação nacional», disse, então, para prosseguir: «Um povo pobre, explorado durante cinco séculos pela dominação colonial-fascista portuguesa, não podia ter a veleidade de se bater com armas na mão contra o exército colonial português se não tivesse a ajuda concreta de países amigos que com a Roménia souberam estar presentes, tomando como um dever a sua responsabilidade internacional em relação à libertação dos povos».

UMA NOVA ERA

Obtida a nossa independência completa, o nosso país encontra-se hoje em condições de ajudar outros povos a libertarem-se, ao mesmo tempo que internamente prossegue no esforço tendente à reconstrução nacional.

Deste espírito comunga igualmente o Governo da República Socialista da Roménia. Uma nova era nas relações entre os dois países se abriu, conforme salientou, oportunamente, o Presidente Ceausescu.

Esta tendência internacionalista ficou consagrada em alguns documentos oficiais resultantes da visita oficial do Presidente Luiz Cabral à Roménia. Mas cremos que, para além do papel, ela ficou sobretudo nos espíritos dos dois dirigentes, pronta a concretizar-se na prática, como tantas vezes tem acontecido.

b) de promover relações de cooperação económica e intercâmbios comerciais reciprocamente vantajosos;

c) de fomentar e facilitar o intercâmbio e a colaboração nos domínios do ensino, cultura, arte, saúde e desporto contribuindo, desta forma para o desenvolvimento das relações de amizade e entendimento entre os dois países;

d) de consultar e cooperar nas acções iniciadas pela comunidade internacional a fim de favorecer o progresso económico de todos os países em vias de desenvolvimento.

II PROCLAMAM A VONTADE COMUM DE FUNDAMENTAR AS RELAÇÕES ENTRE ELAS, COMO TAMBÉM AS RELAÇÕES COM TODOS OS DEMAIS ESTADOS, NOS SEGUINTE PRINCÍPIOS:

1) o direito sagrado de cada Estado à existência livre, à independência e soberania nacional, à paz e segurança;

2) o direito inalienável de cada povo de decidir por si mesmo do seu destino, de escolher e desenvolver livremente o seu sistema político, económico e social, de acordo com a sua vontade e os interesses próprios, sem qualquer ingerência externa;

3) a plena igualdade de direitos de todos os Estados indistintamente da dimensão, situação geográfica, nível de desenvolvimento, ordem social, pertencentes ou não a alianças militares;

4) o direito de cada povo ao desenvolvimento, progresso e ao exercício da plena soberania entre os seus recursos naturais;

5) a obrigação dos Estados de não intervir, sob qualquer forma ou pretexto e em nenhuma circunstância, nos assuntos internos ou externos de outros Estados;

6) o respeito da inviolabilidade das fronteiras e da integridade territorial de cada Estado e, como consequência, a abstenção de qualquer tentativa contra a unidade nacional ou a integridade territorial de outro Estado, o que constitui uma violação grave da paz e da segurança internacionais;

7) a obrigação dos Estados de abster-se nas suas relações internacionais da ameaça com a força ou utilização da mesma, sob qualquer pretexto, em qualquer circunstância e sob qualquer forma, como também de qualquer tipo de coerção de ordem militar, política, económica ou de outra natureza contra outro Estado;

8) o direito inerente de cada Estado de se defender com todos os meios contra qualquer atentado ou contra soberania e independência nacional, incluindo meios militares, no caso de ser alvo uma agressão armada;

9) a obrigação de todo o Estado de regulamentar os seus diferendos internacionais em todas as circunstâncias, inclusivamente por meios pacíficos;

10) o direito de cada Estado particular em condições de plena igualdade no exame e solução dos assuntos internacionais de interesse comum;

11) o direito e o dever dos Estados, indistintamente da sua ordem social, de cooperarem reciprocamente na base das vantagens mútuas, em todos os domínios, a fim de manter a paz e a segurança internacional, de favorecer o progresso económico e social de todas as nações e, em primeiro lugar, os em vias de desenvolvimento;

12) o direito de cada Estado ao acesso as conquistas da ciência e da técnica;

13) a obrigação de os Estados cumprirem de boa fé os compromissos assumidos de acordo com o direito internacional.

Na sua interpretação e aplicação estes princípios fundamentais do direito internacional estão estreitamente vinculados entre si e cada um deve ser interpretado no contexto dos demais. Todos os Estados devem respeitar de maneira estrita estes princípios nas relações entre si.

III DECLARAM FIRMEMENTE A SUA DECISÃO COMUM PARA, JUNTOS DOS DEMAIS ESTADOS, ACTUAREM FIRMEMENTE A FIM DE:

— desenvolverem relações de amizade e colaboração com

todos os Estados, na base dos princípios acima mencionados e actuar no sentido de adoptar medidas efectivas de natureza a paz e a «detente» no mundo inteiro;

— ampliar a colaboração entre eles e os demais Estados com vista ao melhoramento e democratização das actividades da Organização das Nações Unidas e ao fortalecimento do seu papel na realização da colaboração entre todos os Estados, sem distinção de ordem social, para a realização de um mundo melhor e mais justo;

— instaurar relações fundadas na plena igualdade em direitos entre todas as nações do mundo, no respeito do direito de cada povo escolher o seu sistema socio-político;

— actuar firmemente pela realização de medidas eficientes para o desarmamento geral, e, em primeiro lugar, o desarmamento nuclear, para que todos os povos possam consagrar, sem impedimento algum os esforços para o desenvolvimento e progresso e para uma vida livre e próspera;

— militar pelo estabelecimento de relações justas e equitativas entre Estados, pela adopção de medidas firmes, com vista a liquidação rápida do desnível entre países desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento;

— apoiar-se reciprocamente, como países em vias de desenvolvimento, para solucionar os problemas complexos da situação económica internacional, com vista a instauração de uma nova ordem económica e política, para mundo melhor e mais justo;

IV — Com vista à solução dos problemas ligados à aplicação ou interpretação das previsões da presente Declaração Solene Conjunta, a República da Guiné-Bissau e a República Socialista Romena declaram a sua vontade comum de se consultar a vários níveis utilizando as vias diplomáticas e os intercâmbios visitas e encontros periódicos dos seus representantes.



A família: das instituições coloniais reaccionárias à lei da próxima Assembleia Nacional Popular

Somos quase todos "ilegítimos" ?

A próxima Assembleia Nacional Popular vai debruçar-se sobre o Direito da Família. Esta análise é de extrema importância e urgência, uma vez que ainda se mantêm em vigor entre nós as leis coloniais exportadas pelo Governo português, com total desprezo das realidades da nossa terra. Tais disposições, tão anacrónicas que já foram, em parte, revogadas em Portugal, fundamentam discriminações de vária ordem entre os cidadãos, contribuindo, assim, para a divisão do nosso povo.

Essas discriminações pesam especialmente sobre a mulher. As leis civis fascistas consagram a inferioridade da mulher e justificam a dominação do homem. Relacionado com a condição da mulher perante o casamento, esta a noção de legitimidade. Entre nós, a maioria da população é de origem «ilegítima». Esta noção marca como um estigma cada criança que nasce e impede as pessoas assim classificadas de beneficiarem de certos direitos. É, portanto, uma medida opressiva e discriminatória, que urge revogar. Certamente que a Assembleia Nacional Popular vai criar legislação que consagre a igualdade entre todos os cidadãos. Essa medida vem ao encontro do desejo manifestado por muitas pessoas a quem ouvimos num inquérito sobre o problema da filiação.

Que é necessário acabar com o conceito reaccionário de filho ilegítimo foi a opinião manifestada, entre outras pessoas, pelos estudantes Ernesto Mané e Isaac Monteiro, alunos do Liceu

Kwame N'Krumah, que nos disseram:

«Não tem cabimento a designação de filhos ilegítimos, num país onde mais de noventa por cento da população não casa civilmente. Podemos dizer que a noção de ilegitimidade era um meio que o Estado colonial utilizava para servir determinados interesses: controlar os seus funcionários e limitar os subsídios a que têm direito. Por esta mesma razão se adoptou o sistema de conceder abonos de família só a três filhos por casal».

Estes camaradas salientaram o carácter «estrangeiro» que a legislação actual sobre a família assume para nós. Ela inspira-se, efectivamente, em princípios ocidentais e cristãos. Ora, o nosso Estado é um Estado laico, e a maioria da nossa população não professa a religião cristã.

«O sistema legislativo colonial é puramente cristão. Mas, como o nosso Estado é orientado por princípios laicos e reconhece todas as religiões, é óbvio que, embora não mudando radical-

mente a lei conjugal, venha a estabelecer um novo tipo de disposição, susceptíveis de serem aceites pela maioria do nosso povo, que pouco pára à porta das igrejas. Quem costuma casar civilmente são os católicos ficando a beneficiar de certos privilégios no funcionalismo público, tais como a atribuição de rendas de casa».

ACABAR COM A POLIGAMIA

A nossa reportagem deslocou-se à Conservatória do Registo Civil de Bissau, para ouvir a opinião de alguns funcionários sobre um assunto em que têm uma intervenção formal. Efectivamente, por ali passam os registos de todos os casamentos realizados sobre a lei civil. É ali, também, que de acordo com os preceitos do Direito da Família, se classifica uma pessoa de filho legítimo ou ilegítimo.

O camarada Nicandro Pereira Barreto, chefe da Conservatória, disse-nos:

«Este assunto da filiação legítima tem estado a ser estudado pelo nosso Governo, com vista a reconhecer os mesmos direitos a todos os filhos, acabando, assim, com a noção de legitimidade e ilegitimidade. Com o tempo, vamos conseguir, de facto, revogar essa lei e adaptá-la às nossas próprias realidades, pondo termo à discriminações actuais. Esta questão tem vindo a ser levantada desde há muito tempo, mas ainda não encontramos uma solução. Esta tem de passar pela revogação básica e radical das leis que consagram a ilegitimidade».

— Cremos que esta questão está relacionada com o casamento monogâmico e com a poligamia. O que pensa deste assunto?

«O nosso Governo, ao adoptar um novo sistema, terá de estabelecer que cada homem case com uma só mulher. Ou seja, acabar com a poligamia, que ainda se pratica muito entre nós».

— No que se refere ao gozo de direitos: um indivíduo casado pela igreja católica tem os mesmos ou mais direitos e benefícios dos que não são casados ou o são de acordo com outras religiões?

«O nosso Estado é um Estado laico: não tem religião. Portanto, reconhece que cada cidadão é livre de praticar a religião que muito bem entenda. O casamento civil já está regulado há muito tempo.

Produz efeitos civis desde que transcrito para o registo civil. Acho que o casamento segundo as leis islâmicas, por exemplo, deverá produzir os mesmos efeitos civis, desde que transcrito também para o registo civil».

Esta conservatória tem recebido reclamações devido às leis

sobre filhos ilegítimos ou sobre o casamento?

«O casamento é um acto livre. Quando os cônjuges aparecem aqui na Conservatória, presuppõe-se que vêm de sua livre vontade. Quanto aos casamentos realizados segundo a religião islâmica, ainda não surgiram casos de pedidos de transcrição. Logo que apareçam, são casos a considerar, dado o princípio da igualdade e da liberdade religiosa».

— Como pensam, então, resolver o problema?

«Esperamos, dentro de pouco tempo, poder dispor da nossa legislação, no que diz respeito ao registo civil. A sua adaptação a uma nova lei da família, baseada nas nossas realidades, virá ao encontro de vários problemas que se nos deparam. Estes problemas tem de ser resolvidos de acordo com as condições actuais da nossa terra livre e independente».

AS LEIS COLONIAIS SÃO CONTRA OS INTERESSES DO POVO

Na mesma repartição, ouvimos vários funcionários acerca do problema da ilegitimidade. Um deles, o camarada Januário Sano, afirmou-nos que a questão tem de ser encarada a sério, pois a percentagem de casamentos segundo os usos e costumes é muito superior à dos casamentos legais.

«A lei portuguesa subsiste como lei subsidiária, para efeitos do nosso serviço, afirmou o camarada José dos Santos Pereira, que prosseguiu. «É dever do Estado tomar medidas para alterar tudo aquilo que está contra os interesses do nosso povo. Temos recebido aqui protestos do público por causa do conceito de ilegitimidade, mas nós temos que nos guiar pela lei, para efectuar o nosso trabalho».

O camarada Marciano Sousa Rodrigues exprimiu o seu ponto de vista nos seguintes termos:

«Para além do estudo e remoções que esta lei possa vir a ter, há uma coisa que temos de combater dentro da nossa sociedade: a poligamia. Eu próprio sou filho ilegítimo. Quando um homem vive com três ou quatro mulheres, podemos considerá-lo como «não digno» dentro da nossa sociedade. O Estado também sente dificuldades para atender um homem com muitas mulheres».

Desporto

Futebol

Sporting e Benfica jogam esta noite para o campeonato

Em jogos a contar para a décima-oitava jornada do campeonato nacional de futebol, a quinta da segunda volta, jogam em Bissau, esta tarde, Ténis-Clube e Sporting de Bafatá e, à noite, Sporting e Benfica, no maior encontro do dia.

Também hoje, à tarde, jogam em Bolama o Estrela Negra e a Udib; em Mansoa, Cantchungo-Gabú; e em Bissorã, a equipa da casa recebe a de Farim.

Amanhã à tarde, em Bissau, defrontam-se Ajuda Sport e Tombali.

A partida Bula-Balantas foi adiada para data ulterior.

Amanhã

Balantas de Mansoa contra Jaraaf

Em partida a contar para a segunda mão da Taça dos Campeões de África, a equipa de «Os Balantas» de Mansoa, campeã nacional de futebol, defronta amanhã à noite, no Estádio «Lino Correia», a turma do Jaraaf, do Senegal.

No jogo da primeira mão desta primeira eliminatória, os campeões senegaleses haviam batido, em Dakar, os representantes guineenses, por 6 bolas a 1.

PEQUENOS ANÚNCIOS

MUDANÇA DE NOME

Nos termos do n.º 1 do art.º 368.º do Código de Registo Civil, faço saber que Benvido Pereira, casado, de 39 anos de idade, Responsável de Segurança do Palácio, natural de Pelundo, sector de Cantchungo, Região de Cacheu, residente nesta cidade, requereu a alteração de seu nome fixado no assento de nascimento para Benvido Pereira Tecanhe.

São por isso convidados todos os interessados, incertos a deduzirem a oposição que tiverem no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste anúncio no jornal «NÓ PINTCHA».

Conservatória do Registo Civil da Guiné-Bissau, 9 de Abril de 1976.

CONCURSO

Encontra-se aberto concurso para a exploração de um bar sito junto à Piscina da Juventude, no antigo Quartel General, em Santa Luzia, em virtude de, dentro em breve, passar a funcionar a referida piscina.

Os interessados devem dirigir os seus pedidos através de carta fechada e lacrada, ao Comissariado de Estado da Juventude e Desportos, até ao próximo dia 20.

DOS LEITORES

Não marginalizar as estudantes grávidas

A recente decisão de transferir para o período nocturno as estudantes grávidas, a que oportunamente nos referimos num inquérito, tem feito afluir à nossa Redacção numerosas cartas de leitores, de um modo geral, discordando daquela medida. Sobre este assunto, publicamos hoje a carta do nosso leitor António Gil Barbosa Amado:

«Como disse a última entrevista pelo nosso jornal, há necessidade premente de se acabar com abortos e prostituição no nosso País. Mas, para isso, é preciso facultar aos jovens uma educação sexual a nível escolar, a fim de que as adolescentes se apercebam do mal resultante de tais práticas.

Quanto a mim, deve-se castigar quer os rapazes quer as raparigas, por atrapalharem as suas vidas de estudantes. Contudo, se sobrevier a gravidez, a rapariga, nem enquanto estudante, nem depois, deve ser marginalizada, pois isso provoca um efeito psicológico negativo na moça, agravando a sua depressão no momento em que mais precisa de apoio moral e carinho daqueles que a rodeiam.

O que se deve fazer é mostrar ao rapaz que tem as suas responsabilidades e deve tomar também para si as consequências do seu acto. Os pais terão que ter um pouco de compreensão e enfrentar o problema calmamente. Se não, vejamos: na escola, a rapariga é afastada e na melhor das hipóteses transferida para o curso nocturno, muitas vezes sem ser mesmo consultada. Chega a casa e arrisca-se a ser expulsa. O namorado é capaz de dizer: *Estou farto delas*. As colegas podem não querer continuar a conviver com ela, como faziam anteriormente. Quem, então, pode ajudá-la? Resultado: não conclui os estudos, depois de ser marginalizada quase por todos, incluindo aqueles que mais poderiam ajudá-la.

Pode-se perguntar: e os pais? No entanto, sabemos que, em muitos casos, os nossos pais não têm educação. Creio mesmo que a maioria dos professores das nossas escolas não estão à altura de falar sobre sexualidade.

Vamos todos pensar duas vezes, antes de dizer: *As alunas grávidas devem ser expulsas do liceu para não serem contaminadas*. Pergunto: como é possível a contaminação?

DJIBOUTI: VÁRIOS PRISIONEIRO MORTOS

— segundo um porta-voz do governo da Somália

MOGADISCIO (APS) — Um porta-voz do governo somaliano refuta as afirmações da administração colonial francesa, que declara que um «único» prisioneiro, membro da Frente de Libertação da Costa da Somália ocupada, tinha sido morto no sábado «quando tentava evadir-se», de uma prisão de Djibouti.

O porta-voz do governo precisa que «vários prisioneiros tinham sido abatidos no sábado passado na prisão de Djibouti pelas forças colonialistas francesas».

Pelo seu lado, o porta-voz do ministério somaliano dos Negócios Estrangeiros insurgiu-se contra a atitude da França, que, disse, «não deu nenhuma resposta franca às resoluções das Nações Unidas», e denunciou «a recusa de Paris na execução de um referendo democrático, que permitirá à população da Costa da Somália determinar, ela própria, o seu futuro».

Festa Nacional do Camboja

SOLIDARIEDADE COM TODOS OS OUTROS POVOS E MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS DO MUNDO

HANOÍ (TASS) — Um comunicado da Assembleia dos Representantes do Povo (parlamento), tornado público na quarta-feira, diz que o Camboja Democrático aplicará uma política de independência, de paz, de neutralidade e de não-alinhamento, empenhar-se-á na promoção da solidariedade e da amizade com os movimentos revolucionários do mundo, com todos os países amigos, com todos os povos amantes da paz e da justiça. O

Camboja Democrático levará a cabo uma acção contra o imperialismo, o colonialismo, o neo-colonialismo e todas as forças reaccionárias, pela paz, a democracia, a amizade e o progresso social, prossegue o documento.

O comunicado faz sobressair a importância da reconstrução nacional urgente, da expansão económica, em particular da agricultura, a fim de melhorar a condição do povo.

«A primeira sessão da Assembleia dos Representantes do Povo terminou os seus trabalhos frutuozos, cheia de optimismo revolucionário, e com a certeza que está reservado ao país e povo um futuro radioso», sublinha em conclusão o comunicado.

As festividades, que durarão três dias, consagradas ao primeiro aniversário (17 de Abril) da libertação de Phnom-Pehn e da libertação do país da dominação do regime reaccionário começaram na quarta-feira. Esta data, que marca a vitória da luta armada do povo khmer contra os agressores americanos e os seus fantoches, é celebrada como uma festa nacional do Camboja Democrático.

Moçambique: vida nova para os camponeses

MAPUTO (TASS) — Há alguns meses apenas a selva impenetrável cobria a região marítima de Xai-Xai, onde os trabalhos de construção atingem a sua plenitude: constroem-se casas de habitação, ruas da nova aldeia moderna. Está em vias de ser criada, uma cooperativa agrícola. O objectivo destas associações camponesas, declarou recentemente o Presidente de Moçambique, Samora Machel, consiste em contribuir para o progresso da economia rural e formar o homem de uma sociedade nova, baseada na igualdade e justiça social.

A cooperativa agrícola, em vias de criação em Xai-Xai, baptizada com o nome de um herói de Moçambique, oferece um bom exemplo do cumprimento das tarefas que se põem ao país. Respondendo ao apelo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) 200 famílias de camponeses acabam de se instalar. Os campo-

neses abatem árvores, arrancam troncos, desbravam o terreno, preparando as culturas agrícolas. Ao mesmo tempo começou-se a construir uma escola primária, um posto de socorros um clube, a casa do Partido e uma loja.

Baseado no apelo da secção local da FRELIMO, os habitantes das aldeias vizinhas dão a sua ajuda aos membros da cooperativa, enviando-lhes madeira, tijolos, instrumentos e mão-de-obra.

Os jovens não foram esquecidos: constroem-se em sua intenção um terreno desportivo e um jardim de infância.

A FRELIMO concede uma ajuda variada aos construtores de uma vida nova. Recentemente os membros da cooperativa receberam novos tractores, que ajudarão a desbravar os terrenos, e a aumentar consideravelmente as superfícies aráveis destinadas, nomeadamente, às plantações da cana de açúcar.

Eleições para a Assembleia Nacional do Vietname Unificado

HANOÍ (TASS) — Os preparativos das eleições para a Assembleia Nacional do Vietname Unificado determinaram na quarta-feira as actividades políticas e o trabalho da população do sul e do norte do Vietname. Para os 45 milhões de vietnamitas, as eleições de 25 de Abril constituirão um objectivo, que marca a vitória da luta porfiada pela independência e liberdade.

Nas 80 circunscrições eleitorais das duas partes do país, a campanha eleitoral é desenvolvida a fim de expor a política do Partido dos Trabalhadores Vietnamitas, visando a reunificação do Vietname no plano de estado.

Estas eleições revestem de um significado particular para a população do Vietname do Sul, serão as primeiras eleições livres e democráticas. As ruas e as praças das cidades sul-vietnamitas estão ornamentadas de cartazes e painéis luminosos contendo «slogans» eleitorais. São bastante procuradas as brochuras que expõem as leis e as modalidades das eleições. Os operários, os estudantes, os intelectuais e as comunidades religio-

sas do Vietname do Sul, subscrevem integralmente a política do PTV, do governo da República Democrática do Vietname (RDV) e do Governo Revolucionário do Povo (GRP) da República do Vietname do Sul (RSV), orientada no caminho da edificação de uma vida feliz no Vietname Unificado.

Nas duas partes do Vietname, os candidatos a deputados encontram-se para discutirem as tarefas consignadas ao povo pelo Partido, o significado das próximas eleições para o futuro do Vietname.

Tong Du Thang, Presidente da RDV e candidato à Assembleia Nacional do Vietname Unificado, declarou aos seus eleitores, que com todos os compatriotas, com todos os combatentes vietnamitas, porá as suas forças ao serviço do povo, da pátria, para executar o testamento sagrado do Presidente Ho Chi Minh e contribuir para a edificação de um Vietname pacífico, independente, unido e socialista.

Tong Duc Thang apelou aos eleitores para que participem massivamente na emulação e na apre-

dizagem sob o «slogan», «Tu és o pela produção, tu és a edificação socialista, tudo em nome da prosperidade da pátria e da felicidade do povo».

Cada eleitor, disse o presidente, deve cumprir dignamente o seu dever, trabalhar objectivamente pela edificação do socialismo no Vietname.

Acordos com a Líbia

(Continuação da pág. 2)

deslocação, no próximo mês de Julho, de uma delegação líbia, a fim de concretizar os referidos acordos.

«Quero aqui recordar que os acordos que foram ratificados e cujos instrumentos foram hoje trocados são: um acordo de criação de uma sociedade mista agrícola geral, um acordo cultural, uma convenção geral de cooperação, um acordo de concessão de créditos, um acordo de criação de uma sociedade mista de pesca marítima, um acordo relativo à cláusula de nação mais privilegiada que vai permitir a vinda de barcos líbios ao nosso porto e, ainda, um acordo de construção de um dispensário, o que constitui uma ajuda do povo líbio ao nosso povo». E concluiu: «Assim, ficou decidido que já no próximo mês de Julho desloca-se ao nosso país duas delegações daquele país amigo, uma para a agricultura e outra para a pesca, com o fim de materializar os acordos já assinados».

Mobutu promete cumprir Acordo de Brazzaville

PARIS (APS) — «Respeitaremos, pela nossa parte, escrupulosamente o acordo de Brazzaville», declarou na quarta-feira em Paris, o presidente do Zaire, Mobutu, a propósito das relações entre o seu país e a República de Angola. O chefe de estado zairota fez esta declaração quando saía do Palácio do Eliseu onde tinha tido uma reunião com o presidente Giscard D'Estaing.

A U.R.S.S. pronta a normalizar as suas relações com a China

MOSCOVO (AFP) — A União Soviética está pronta a normalizar as suas relações com a China, anunciou na quarta-feira a agência Tass, citando a mensagem de felicitações endereçada por Alexis Kossyguine a Hua Kuo Feng. A Tass precisa que o Presidente do Conselho de Ministros da URSS enviou a Hua uma mensagem felicitando-o pela sua nomeação para as funções de Primeiro-Ministro da República Popular chinesa.

A URSS, acrescenta a Tass, «está pronta a normalizar as relações com a China, segundo os princípios da coexistência pacífica e a contribuir para que as

relações soviético-chinesas se concretizem pela boa vizinhança».

NOVA DELI (AFP) — Yeshwantrao Chavan, ministro indiano dos Negócios Estrangeiros, anunciou na quinta-feira no Parlamento que o Governo chinês tinha aceite que as relações entre a Índia e a China fossem elevadas a nível de embaixadores.

As relações entre Nova Deli e Pequim tinha sido reduzidas a nível de Encarregados de Negócios, depois do conflito sino-indiano de 1962, a pedido da Índia.

AFRICA DO SUL: BOICOTE DOS AUTOCARROS

JOANESBURGO (AFP) — Entrou na sua 7.ª semana o boicote dos autocarros pelos 25 mil trabalhadores negros na cidade de Kwa Thema, a Este de Joanesburgo. Os trabalhadores rejeitaram, efectivamente, durante uma reunião realizada na noite de terça-feira, as novas propostas da companhia dos autocarros. Elas incidiriam nomeadamente sobre a criação de novos mecanismos, o reembolso dos bilhetes não utilizados e a constituição de uma comissão paritária dos transportes. Um porta-voz da companhia PUTCO, uma das mais importantes do país, declarou na quarta-feira que já tinha perdido 230 mil dólares desde o começo do boicote. A acção começou após o anúncio de um aumento do preço dos abonos, mas a população — parece começa a cansar-se.

OS E.U.A. REFORÇAM AS FORÇAS NAVAIS NO MEDITERRÂNEO

BEIRUTE (AFP) — Os Estados Unidos reforçaram a sua força naval no Mediterrâneo oriental ao largo da costa libanesa, quando os israelitas advertiram os sírios para não ultrapassarem uma certa linha para lá da fronteira libano-síria. Dez navios americanos, dos quais 40 navios da 6.ª esquadra (mediterrânica) cruzam desde quarta-feira, o largo da costa do Líbano. Ao porta-aviões «Saratoga», fundeado ao largo de Split (Jugoslávia) juntou-se nesta zona, o porta-helicópteros «Guadalcanal».

Quatro destroyers completam esta «força de intervenção». De facto, uma grande parte da força aérea americana embarcada no Mediterrâneo (ou seja 200 aviões no total) encontram-se agora no Mediterrâneo oriental. As informações respeitantes a este desdobramento da esquadra americana não mencionam a presença, neste sector, de unidades que fazem parte dos dois grupos anfíbios transportando os marinheiros.

ESPAÑA: 1.º CONGRESSO DA U.G.T. DESDE 1932

MADRID (AFP) — Regressando com uma tradição interrompida há 44 anos, o sindicato da União Geral do Trabalho (UGT), que foi o mais importante durante a República espanhola, iniciou na quinta-feira de manhã em Madrid o seu 30.º Congresso. O Congresso, que reúne alguns 500 delegados vindos da Espanha e da Europa, foi autorizado pelo governo.

O último Congresso público do UGT tinha sido organizado em 1932. Sessenta delegados estrangeiros representando 15 países assistiram aos trabalhos deste Congresso, que durará até domingo, e que deve definir os estatutos do UGT e nomeadamente as suas relações com o Partido Socialista Operário espanhol.

PORTUGAL: INCIDENTES NA CAMPANHA ELEITORAL

LISBOA (AFP) — A longa série de incidentes que tem marcado a campanha eleitoral em Portugal prosseguiu na quarta-feira à tarde em Viana do Castelo, na província do Minho, onde a polícia teve que intervir, assim como em Vila Real, no norte do país.

Em Beja, onde na terça-feira à tarde violentos incidentes provocaram 1 morto 25 feridos, regressou a calma mas foram tomadas medidas excepcionais de segurança, como precaução, devido a um «meeting» do Partido do Centro Democrático (Social) (CDS direita) convocado para a tarde de quinta-feira na cidade do Alentejo. No final dos recentes incidentes, os partidos políticos tomaram posições diversas. Assim é que o Partido Popular Democrático (PPD) acusa a extrema-esquerda de ser responsável, que o Partido Socialista lançou um apelo à calma e advertiu contra a violência, e que o Partido Comunista acusa as forças da direita de provocar os incidentes, dos quais se queixam de serem vítimas.

O QUE É A ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

A uma semana do início da terceira e última reunião da I Legislatura da Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau, transcrevemos para os nossos leitores algumas passagens da nossa Constituição, que explicam o que é a A.N.P., suas funções, poderes e modo de funcionamento.

DA ORGANIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO

Art. 23.º — O Poder Político é exercido pelos órgãos do Estado eleitos e controlados pelo povo e formados de acordo com a sua vontade para realizar os objectivos da Constituição. As representações populares são os órgãos supremos do Estado.

Art. 24.º — Os órgãos representativos do povo do Estado da Guiné-Bissau são a Assembleia Nacional Popular e os Conselhos regionais. De estes órgãos emanam os poderes dos demais órgãos do Estado.

Art. 25.º — O direito de eleger os órgãos representativos é universal e igual e exerce-se por sufrágio directo e secreto. São titulares desse direito todos os cidadãos de mais de quinze anos de idade que preencham as demais condições estabelecidas pela lei eleitoral.

Art. 26.º — Até à libertação da parte do território do Estado ainda ocupada pelos agressores estrangeiros, a eleição à Assembleia Nacional Popular pode ser feita por sufrágio indirecto, através dos representantes eleitos aos Conselhos Regionais, nos termos estabelecidos na lei.

O Primeiro-Ministro de S. Tomé e Príncipe vem a Bissau

(Continuação da 1.ª pág.º)

Abril para a realização deste encontro, que se efectuará, em princípio, em São Tomé.

Segundo informações colhidas pela nossa reportagem, é natural que durante a visita do camarada Primeiro-Ministro de S. Tomé e Príncipe a Bissau — visita que reforçará os laços de solidariedade militante entre o PAIGC e o MLSTP e consolidará a amizade entre os nossos dois jovens países — seja incluída na agenda de trabalhos a discussão da preparação da próxima reunião da CONCP.

MINISTRO DE S. TOMÉ NO MAPUTO

MAPUTO (TASS) — Chegou na terça-feira a Maputo, o secretário do ministério dos Negócios Estrangeiros da República de São Tomé e Príncipe, que conferenciará com os responsáveis moçambicanos acerca dos preparativos da cimeira das ex-colónias portuguesas.

Art. 27.º — As condições de elegibilidade à Assembleia Nacional Popular e aos Conselhos Regionais são determinadas pela Lei, a qual fixa o número dos seus membros, o modo de eleição e o regime das incompatibilidades. Cabe ao Partido a responsabilidade da selecção dos candidatos. Todo o cidadão que, no dia das eleições, contar 18 anos de idade, pode ser eleito.

A ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

Art. 28.º — A Assembleia Nacional Popular é o órgão supremo do poder de Estado. Ela vota Leis e Resoluções.

Art. 29.º — A Assembleia Nacional Popular delibera sobre questões fundamentais da política interna e externa do Estado e controla a aplicação da linha política, económica, social e cultural defendida pelo Partido.

Art. 30.º — A Assembleia Nacional Popular tem o direito de modificar ou de anular as medidas adoptadas pelos outros órgãos do Estado. Ela pode constituir comissões de inquérito. O Conselho dos Comissários de Estado é responsável perante a Assembleia Nacional Popular.

Art. 31.º — A Assembleia Nacional Popular pode delegar poderes legislativos ao Conselho dos Comissários de Estado. Esta delegação é feita por tempo limitado e para questões determinadas. Os decretos-leis adoptados pelo Conselho dos Comissários de Estado são submetidos à ratificação da Assembleia Nacional Popular na primeira sessão ordinária após a sua adopção.

Art. 32.º — O deputado à Assembleia Nacional Popular representa os interesses nacionais. Ela tem o dever de manter um contacto estreito com os seus eleitores e de prestar regularmente contas das suas actividades.

Sob proposta do Partido, a Assembleia Nacional Popular pode destituir o deputado que falte gravemente aos seus deveres.

Art. 33.º — Salvo em caso de flagrante delito ou de assentimento da Assembleia Nacional Popular, o deputado não pode ser perseguido por questão criminal ou disciplinar, em juízo ou fora dele. Ele não pode ser em caso algum perseguido, detido, preso, julgado ou condenado por causa de opiniões ou de votos emitidos no exercício do seu mandato de deputado.

Art. 34.º — Os deputados à Assembleia Nacional Popular prestam juramento nos seguintes termos:

«Juro que farei tudo o que estiver nas minhas forças a fim de realizar os objectivos principais da Constituição: liquidação total do regime colonial, unidade

da Guiné e Cabo Verde, progresso social».

Art. 35.º — A Assembleia Nacional Popular é eleita por um período de três anos e reúne-se, em sessão ordinária, pelo menos uma vez por ano. Ela pode também reunir-se em sessão extraordinária por iniciativa do Conselho de Estado, do Conselho dos Comissários de Estado ou de dois terços dos seus membros. Todas as questões do seu funcionamento são reguladas por lei.

O CONSELHO DE ESTADO

Art. 36.º — Compete ao Conselho de Estado exercer, entre as sessões da Assembleia Nacional Popular, as funções que lhes são atribuídas pelas leis e resoluções da própria Assembleia. Ele é responsável perante a Assembleia Nacional Popular.

Art. 37.º — O Conselho de Estado é composto de quinze membros cujo mandato é de 3 anos, eleitos, de entre os deputados, pela Assembleia Nacional Popular, na primeira sessão da sua legislatura.

Art. 38.º — O Conselho de Estado elege o seu Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

Art. 39.º — O Presidente do Conselho de Estado representa o Estado nas relações internacionais. Ele é o Comandante supremo das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP).

Art. 40.º — São atribuições do Conselho de Estado:

1. Defender a Constituição do Estado;
2. Organizar referendos populares;
3. Ratificar os tratados e convenções internacionais;
4. Declarar a guerra e fazer a paz;
5. Fixar a interpretação das leis constitucionais e ordinárias;
6. Fixar a data das eleições dos deputados à Assembleia Nacional Popular;
7. Convocar a Assembleia Nacional Popular, abrir e encerrar as suas sessões ordinárias;
8. Promulgar as leis e resoluções da Assembleia Nacional Popular;
9. Nomear e demitir, sob proposta do seu Presidente, os Comissários de Estado;
10. Receber as credenciais dos representantes estrangeiros;
11. Nomear e demitir os representantes do Estado no estrangeiro;
12. Conceder as condecorações do Estado;
13. Amnistiar, perdoar e comutar as penas.

Art. 41.º — No exercício das suas atribuições o Conselho de Estado adopta Decisões com força de lei.

Art. 42.º — O Presidente do

Conselho de Estado é obrigado a dirigir à Assembleia Nacional Popular mensagens sobre a situação do Estado e sobre questões políticas importantes.

Art. 43.º — O Presidente do Conselho de Estado tem o direito de assistir e de presidir às reuniões do Conselho dos Comissários de Estado, de exigir relatórios dos seus membros e de discutir com eles todas as questões das suas atribuições e competências.

O CONSELHO DOS COMISSÁRIOS DE ESTADO

Art. 44.º — O Conselho dos Comissários de Estado é responsável perante a Assembleia Nacional Popular e, entre as sessões desta, perante o Conselho de Estado.

Art. 45.º — O Conselho dos Comissários de Estado é um órgão colectivo e, na sua actividade, baseia-se nas leis e resoluções da Assembleia Nacional Popular e nas decisões do Conselho de Estado.

Art. 46.º — As atribuições do Conselho dos Comissários de Estado visam a realização do programa político, económico, social e cultural do Estado, assim como a sua defesa e segurança. Ele dirige, coordena e controla a actividade dos diversos Comissariados de Estado, dos outros serviços centrais, dos Comités Regionais do Estado e dos Comités de Sector do Estado. Ele nomeia e demite os funcionários do Estado.

Art. 47.º — Para a realização das suas atribuições, o Conselho dos Comissários de Estado faz Decretos e emite Ordens, dentro dos limites fixados na Lei.

Art. 48.º — No momento da sua posse, os Comissários e Sub-Comissários de Estado prestam o juramento indicado no Art. 34.º.

Conferência Afro-Árabe

(Continuação da 1.ª página)

ral dos Organismos Internacionais Jurídicos e Consulares, Cândido Monteiro, Director-Geral da Divisão África, Ásia e Oceânia, e Sherif Lamine Haidara, Embaixador extraordinário e plenipotenciário do nosso país no Egipto. Este camarada juntar-se-à delegação, em Dakar, na medida em que segue directamente do Cairo para a capital senegalesa.

LIGA ÁRABE

CAIRO (APS) — Mahmoud Riadh, Secretário-Geral da Liga Árabe, deixou anteontem o Cai-

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

ZÂMBIA RECONHECE A R.P.A.

LUSAKA (AFP) — A Zâmbia reconheceu oficialmente o Governo do MPLA em Angola, anunciou o ministro zambiano dos Negócios Estrangeiros, Rupiah Banda.

A Zâmbia era um dos países africanos que não tinham reconhecido o Governo angolano estabelecido pelo MPLA, após a derrota da UNITA e da FNLA. Recentemente, uma delegação angolana de alto nível, chefiada por Eduardo dos Santos ministro dos Negócios Estrangeiros, tinha estado em Lusaka para manter conversações com os dirigentes zambianos, sobre a normalização das relações entre os dois países.

...E A MALÁSIA TAMBÉM

KUALA LUMPUR (AFP) — A Malásia reconheceu a República Popular de Angola, anuncia a agência nacional de informações BERNAMA, em Kuala Lumpur.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ANGOLA-COREIA

LUANDA (AFP) — A República Popular de Angola e a República Popular Democrática da Coreia vão estabelecer relações diplomáticas a nível de embaixadores, anuncia um comunicado do ministério dos Negócios Estrangeiros publicado em Luanda.

Festa Nacional do Cambodja

(Continuação da 1.ª pág.º)

desde os acordos de Genebra de 1955, sobre a Indochina, por intermédio da OTAN, dos países satélites e da embaixada americana em Phnom Pehn.

«Todas estas acções, que ilustram a história do Cambodja, disse Khieu Samphan, resumem-se numa derrota total dos agressores e seus lacaios, graças à coragem e ao heroísmo das nossas tropas revolucionárias do Kampuchea».

ro para Dakar a fim de assistir aos trabalhos da conferência dos ministros árabes e africanos dos Negócios Estrangeiros que começará na próxima segunda-feira na capital senegalesa.

Mahmoud Riadh estava acompanhado de uma delegação da Liga Árabe compreendendo nomeadamente peritos em assuntos africanos no seio da Liga Árabe.

A conferência de Dakar examinará o programa da cooperação árabe-africana.

Antes da realização desta conferência, uma reunião dos ministros árabes está prevista para domingo no objectivo de delimitar a posição árabe.